

Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-040 Versão 9

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503408808	ADIBER - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRRA SERRA
Morada (Sede Social)	
Bairro de S. Paulo	
Código Postal	Localidade
3330-304	GÓIS
NUT III	NUT II
Região de Coimbra	Centro
Telefone	E-mail
235772538	geral@adiber.pt
Telefax	

235778057

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.adiber.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Eduardo Miguel Duarte Ventura

Telefone Responsável

235772538

Cargo Responsável

Coordenador Técnico do GAL

Telemóvel Responsável

917326555

Serviço/Departamento

Desenvolvimento Local

Email Responsável

miguel.ventura@adiber.pt

Email Alternativo

geral@adiber.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

No âmbito da conceção e implementação das Estratégias de Desenvolvimento foi instituída uma parceria amplamente representativa da região, a qual se tem revelado como um excelente modelo de intervenção participada. De forma a dar continuidade aos resultados obtidos, esta parceria foi renovada mantendo-se ativa, assumindo a denominação de GAL ADIBER/Beira Serra14-20, que se consubstancia no Conselho de Parceiros da Beira Serra (CPBS) que integra 123 Entidades, públicas e privadas, representativas da diversidade económica e social deste território.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500505993	COOPERATIVA SOCIAL E AGRO-FLORESTAL DE VILA NOVA DO CEIRA, CRL	22/05/1969	11/02/2011	87100	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500850763	ASSISTENCIA FOLQUENSE	13/07/1982	13/07/1982	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

510838790	FREGUESIA DE PINHEIRO DE COJA E MEDA DE MOUROS	28/01/2013	07/04/2014	84113	Autarquias Locais
501297235	SOCIEDADE RECREATIVA LEALDADE SAMPAENSE - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, IPSS	25/03/1931	01/01/1989	94991	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501764860	Grupo Desportivo Tabuense	10/08/1968	03/05/1991	93192	Associação
502146222	Associação Atlética de Arganil	01/10/2001	01/10/2001	93192	Associação
502870559	ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA DE ARGANIL	07/07/1992	07/07/1992	90010	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501646280	União Recreativa e Musical Pomarense	16/09/1945	26/03/1985	90010	Associação
501135545	Associação Educativa e Recreativa de Góis - AERG	01/10/1939	14/12/1994	94991	Associação
501387765	CLUBE OPERARIO JARDIM DO ALVA(COJA)	06/03/1972	20/04/2013	93192	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501055878	CLUBE DESPORTIVO CULTURAL E SOCIAL DA CASA DO POVO DE VILA NOVA DO CEIRA	20/11/1958	20/11/1958	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
506364763	Tuna Popular de Arganil	12/11/2002	12/11/2002	90010	Associação
504739980	ADEPTOLIVA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL DOS CONCELHOS DE TÁBUA, OLIVEIRA DO HOSPITAL E ARGANIL	07/12/1999	03/01/2000	85591	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
600027350	INSTITUTO POLITECNICO DE COIMBRA	26/12/1979	01/11/1995	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico

600086089	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL		26/04/2013	85310	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
600074668	Agrupamento de Escolas de Tábua	01/01/2003	01/01/2003	85202	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
600074510	Agrupamento de Escolas de Góis	17/05/1999	17/05/1999	85310	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
600084469	Agrupamento de Escolas de Arganil	04/07/2011	04/07/2011	85310	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
501391800	ANCOSE-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CRIADORES DE OVINOS DA SERRA DA ESTRELA	06/11/1981	01/03/1996	94110	Organização Patronal ou Empresarial
508463610	CONFRARIA DO MEDRONHO - ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO MEDRONHO E DO MEDRONHEIRO	25/02/2008	03/03/2009	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
505232138	SOLO VIVO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, RURAL, AGRÍCOLA, FLORESTAL E AMBIENTAL	05/04/2001	26/02/2008	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502265531	COMISSÃO VITIVINÍCOLA REGIONAL DO DÃO (CVR DO DÃO)	29/03/1989	07/11/1989	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503231029	AFT - Associação dos Produtores Florestais de Tábua	19/11/1993	19/11/1993	94110	Associação
500952701	Cooperativa dos Agricultores de Alvôco das Várzeas, CRL	11/06/1977	08/06/1977	1610	Cooperativas
505152843	ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CONCELHO DE GÓIS	05/02/2001	20/02/2001	2400	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500075611	Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central, CRL	11/12/1964	01/01/1986	47112	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

505308720	CAULE - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DA BEIRA SERRA	06/02/2001	03/05/2001	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504734067	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO CONCELHO DE ARGANIL	10/04/2000	17/01/2002	94110	Organização Profissional
501074651	Agritábua - Cooperativa Agrícola do Concelho de Tábua, CRL	20/05/1980	01/08/1980	47761	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501190228	COOPERATIVA AGRICOLA DOS OLIVICULTORES DE MEDA DE MOUROS CRL	15/07/1959	01/05/1986	11012	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
504794493	Confraria do Queijo Serra da Estrela	08/02/1989	08/03/2007	94995	Associação
507625749	Confraria Gastronómica do Bucho	06/06/2006	30/06/2006	94995	Associação
501153748	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital	21/03/1922	17/11/1928	84250	Associação
501168400	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha	21/01/1935	01/08/1999	84250	Associação
501141758	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE COJA	25/01/1963	25/01/1963	84250	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501141103	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis	14/09/1956	23/06/1985	84250	Associação
501233601	Associação Humanitaria dos Bombeiros Voluntários de Tábua	01/01/1930	01/01/1986	84250	Associação
503792527	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro, CRL	29/12/1995	02/01/1996	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500918996	CASA DO POVO DE MEDA DE MOUROS	07/05/1934	01/01/2005	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

502854260	Associação Cultural Recreativa Defesa e Propaganda de Ázere	20/08/1992	01/01/1998	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501182560	CENTRO SOCIAL DE ROCHA BARROS	09/08/1978	01/01/1995	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505393956	PASSO A PASSO COM A CRIANÇA E A FAMÍLIA - ASSOCIAÇÃO DE AJUDA PSICOSSOCIAL	05/04/2001	20/12/2002	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503178357	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA E SOCIAL DA CASA DO POVO DO BARRIL DE ALVA	15/12/1993	18/02/1996	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501653430	Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas	29/01/1981	30/12/1988	87301	Associação
501434674	FUNDAÇÃO SARA BEIRÃO E ANTONIO COSTA CARVALHO	03/06/1964	01/01/1986	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

501616810	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE COJA	02/11/1984	10/10/1983	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500845662	OBRA DE DONA JOSEFINA DA FONSECA DE PROTECÇÃO A CRIANÇA E DE FORMAÇÃO DOMESTICA	12/07/1945	12/07/1945	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501227083	ASSOCIAÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DA LOUSÃ (A.R.C.I.L)	25/06/1976	25/06/1976	87302	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502200413	IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GÓIS	24/02/1989	24/02/1989	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503468525	Centro Social Caeiro da Matta da Paróquia de Midõe	23/03/1995	01/01/2003	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501239294	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Santa Ovaia	23/10/1981	29/05/1995	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

502366150	IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA COVA DO ALVA	17/04/1985	17/04/1985	88101	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
502070447	Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira	01/01/1988	05/07/1995	88910	Associação
504965743	Centro Social da Freguesia de Cepos	05/05/1999	01/12/1998	88101	Associação
501535837	Centro Social Paroquial de Sarzedo	03/12/1984	19/10/1986	88101	Associação
504764810	Associação para o Desenvolvimento Social e Cultural de Vale Cobral	28/06/1999	28/06/1999	88101	Associação
500980896	A ARCIAL-ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE CRIANÇAS INADAPTADAS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL	14/02/1980	14/02/1980	88102	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500876851	Santa Casa da Misericórdia de Galizes	08/08/1991	01/01/1986	87302	Associação
504646729	APPACDM DE COIMBRA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	14/06/2000	14/06/2000	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501843019	Cooperativa Rádio Boa Nova de Oliveira do Hospital, CRL	19/03/1986	19/03/1986	60100	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
509507492	Pura Poesia, Lda.	22/07/2010	22/07/2010	71110	Empresa
509037119	HWK CONSULTING - SERVIÇOS GERAIS DE CONTABILIDADE & CONSULTADORIA FINANCEIRA, LDA	13/07/2009	13/07/2009	69200	Sociedades Comerciais
500430586	VUMBA-EXPLORAÇÃO FLORESTAL AGRO-PECUARIA E TURISMO S.A.	30/12/1968	30/12/1968	1500	Sociedades Comerciais
510615503	Saber Intemporal - Comércio de Produtos Endógenos, Unipessoal, Lda.	22/03/2013	22/03/2013	46170	Empresa
510388841	Sylvatica - Florestal e Agroalimentar, Lda.	13/09/2012	15/10/2012	55202	Empresa

503340669	CASA DO APICULTOR - CARPINTARIA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MEL LDA	24/01/1995	24/01/1995	16230	Sociedades Comerciais
504043820	Salsicharia Serra d'Alva, Lda.	17/01/1998	17/01/1998	10130	Empresa
507996186	FRISALGADOS - FABRICO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES LDA	12/01/2007	12/01/2007	10712	Sociedades Comerciais
504600478	TRANS SERRANO - AVENTURA, LAZER E TURISMO, LDA	16/08/1999	16/08/1999	93192	Sociedades Comerciais
500689911	Sociedade Agrícola do Margarido, SA	20/07/1977	20/07/1977	1210	Empresa

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Região de Coimbra

Grupo Ação Local

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O território apresenta uma área de 1.030,45 Km², sendo caracterizado pela média montanha e uma acentuada orografia, característica das Serras da Lousã e Açôr e dos Vales do Mondego, Alvôco, Alva e Ceira.

A região tem registado um decréscimo populacional consistente e preocupante, sobretudo dos mais jovens, sendo que em 2011 contava com 49.331 residentes, menos 3867 habitantes que em 2001. Esta retração ocorre por via do saldo natural excessivamente negativo, agravado pelo elevado êxodo da população em idade ativa, que têm como consequência o acentuado envelhecimento dos residentes, que as estatísticas comprovam.

Não é de descurar a importância da fixação de um cada vez maior número de imigrantes, cuja presença tem permitido redinamizar algumas aldeias, contribuindo para a sua vivificação.

Verifica-se, contudo, que o Território apresenta uma densidade média de 47,87 hab./km², o que revela a enorme dispersão da população na Região, a par da sua concentração nas sedes de concelho, onde a disponibilização de serviços e equipamentos e o dinamismo empresarial e industrial têm funcionado como fator de atração.

Quanto ao nível de qualificação da população, é de salientar a tendência positiva que se verifica ao longo dos últimos anos, apesar de ainda não ser suficiente para ultrapassar as dificuldades decorrentes da elevada taxa de analfabetismo e do baixo grau médio de escolaridade, com apenas 7,8% dos residentes a frequentar ou a terem frequentado o Ensino Superior, embora também este indicador tenha melhorado significativamente nos últimos anos.

Quanto à taxa de abandono escolar é de referir que se regista uma melhoria significativa no período 2001-

2011, embora a saída precoce de jovens do sistema de ensino continue a constituir uma problemática de relevo na região, apresentando valores superiores quer em relação à região centro quer ao país. O cenário demográfico descrito tem inevitáveis implicações no crescimento da economia local e consequentemente no volume e tipologia do mercado de trabalho, assim como nos rendimentos dos agregados familiares, com os naturais problemas que daí decorrem e aos quais tem de ser encontrada resposta.

A taxa de atividade da população residente na Beira Serra sofreu um ligeiro decréscimo na última década, sendo o sector terciário o que emprega um maior número de pessoas, comprovando a tendência da terciarização da base económica local e uma redução significativa do peso do setor primário na economia, que nesse período perdeu cerca de 65% da população que lhe era afeta.

Em relação à proporção de população desempregada na região entre 2001 e 2011, denota-se que existe um crescimento significativo, em linha com o que sucedeu a nível nacional – a taxa de desemprego em 2001 situava-se aproximadamente nos 4,23%, contrastando com um nível de desemprego de 10,76% em 2011, incidindo maioritariamente na população feminina. Os números atuais são equivalentes aos existentes em dezembro de 2011, tendo havido uma redução de 16% desde dezembro de 2014, numa tendência que acompanha a realidade do país.

Em junho de 2015, segundo dados do IEFP, a região possuía 2165 pessoas em situação de desemprego, das quais 49% são homens e 51% são mulheres, sendo que em 51% dos casos o período de inscrição é superior a 1 ano. De referir ainda que 245 pessoas estão à procura do 1.º emprego e que a faixa etária mais atingida pelo desemprego é a dos 35 aos 54 anos, sendo que 65% dos desempregados da região tem mais de 35 anos. Relativamente às qualificações escolares, denota-se que a maioria dos desempregados tem pelo menos o 3.º ciclo do Ensino Básico (59%).

A análise desta realidade evidencia que há ainda muito a fazer para ultrapassar este fenómeno, nomeadamente no estímulo ao empreendedorismo dos desempregados e na melhoria das suas qualificações pessoais e profissionais.

Quanto à situação profissional, ressalta que a maioria da população da região trabalha por conta de outrem e aufer, em termos médios, baixos salários.

Os fatores enunciados, em súmula, contribuem para uma forte dependência da população face aos apoios sociais, sendo os rendimentos complementados pelas redes de solidariedade locais, principalmente as provenientes da família e das IPSS e outras organizações locais.

Na análise ao número de empresas instaladas na região verifica-se que 95% das 4200 empresas existentes são microempresas, com baixo potencial de exportação.

Caracterizando os vários setores de atividade, conclui-se que apesar do decréscimo registado no peso das atividades económicas do setor primário, a exploração florestal e as atividades que lhe estão associadas ainda assumem uma importância estratégica na economia local, potenciada pelos incentivos às novas formas de gestão do espaço florestal e agrícola e de valorização do seu potencial.

A produção agrícola existente na Beira Serra, maioritariamente de cariz familiar, é explorada em parcelas de reduzida dimensão e está pouco vocacionada para os mercados, à exceção de algumas empresas em áreas específicas que começam a transformar e a consolidar as suas produções, escoando-as nos mercados de proximidade. Dado o potencial do sector, tem-se sentido recentemente uma maior motivação para o desenvolvimento da atividade com base em princípios empresariais, sobretudo por parte dos jovens. Por outro lado, as atividades agro-pecuárias têm resultado num conjunto crescente de produtos agro-alimentares de qualidade que se apresentam como elemento distintivo da Beira Serra e importante fonte de rendimentos obtidos a partir das explorações. Contudo, estes produtos carecem ainda de estratégias capazes de introduzir valor na sua cadeia de produção e de modelos de comercialização e distribuição que facilitem o seu acesso aos mercados consumidores.

A produção do artesanato decorativo e utilitário assume também relevo enquanto fator identitário e diferenciador. No entanto, é essencial um esforço suplementar na qualificação das Unidades de Produção Artesanal.

A outro nível, a indústria transformadora é um setor com expressividade, pela existência de várias empresas com elevada vocação exportadora e que se apresentam como referências da própria região nas respetivas fileiras de atividade. Os investimentos recentes na expansão industrial no Concelho de Tábua têm acentuado o peso do setor na Região, em termos de volume de exportações, emprego e criação de riqueza.

Ainda no âmbito do setor secundário, a área da construção civil, com cerca de 760 estabelecimentos, assume uma importância que não deve ser desprezada pelo volume de emprego que absorve.

Ao nível dos serviços, mais especificamente do comércio, há um significativo número de estabelecimentos de pequena dimensão, muitos dos quais de cariz familiar, sendo prioritária uma intervenção ao nível da sua requalificação e modernização, de modo a relançar a sua competitividade.

Quanto ao alojamento turístico houve um incremento de cerca de 300 novas camas, sobretudo em pequenas

unidades TER disseminadas por toda a região, melhorando e diversificando a oferta disponível, evolução que teve no SP3 Proder um importante instrumento de alavancagem do investimento.

O mercado nacional continua a ser o principal emissor de turistas para esta Região, muito embora se assista a um gradual aumento de turistas estrangeiros, facto a que não é alheia a forte promoção associada às redes das Aldeias Históricas e Aldeias do Xisto e a existência de um maior número de investidores com origem em países europeus.

Na restauração, existem alguns equipamentos de qualidade que se apresentam com um serviço distinto, capaz de evidenciar a gastronomia do território, embora a este nível seja necessário efetuar um esforço adicional ao nível da melhoria das instalações e da prestação de um serviço de excelência. O sector da restauração apresenta-se ainda como um importante veículo de escoamento dos produtos locais, exercendo um impacto positivo no desenvolvimento dessa atividade.

Importa também referir a importância crescente da animação turística, cujos programas têm possibilitado a captação de novos públicos-alvo e contribuído para o aumento do período de estada, embora ainda disponha de um enorme potencial de crescimento face às características da Região propícias ao Turismo de Natureza. Ao nível da criação de emprego deve também ser relevada a importância da Economia Social, cujas Entidades se assumem como grandes empregadores locais.

Face ao perfil social e demográfico da população facilmente se compreende a necessidade de uma rede de apoio social bem estruturada e eficaz. O trabalho desenvolvido pelas IPSS tem registado uma evolução muito satisfatória, proporcionada pela qualificação e diversificação dos serviços prestados, completando uma rede de Lares e Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário bem estruturada, presente em praticamente todas as Freguesias da região, garantindo o adiamento da institucionalização dos idosos, e salvaguardando a sua qualidade de vida .

Nas valências de apoio às crianças regista-se uma cobertura total da Região, salientando-se a boa articulação existente ao nível do funcionamento dos equipamentos, os quais permitem responder com eficácia e qualidade às necessidades identificadas no território, designadamente a conciliação com a vida profissional dos pais. No que se refere ao apoio ao cidadão portador de deficiência, todos os concelhos dispõem de respostas especializadas.

A existência de uma boa cobertura de equipamentos culturais e desportivos, modernos e de qualidade, contribui positivamente para a ocupação saudável dos tempos livres da população e necessariamente para a sua qualidade de vida.

De salientar, por fim, a dinâmica da sociedade civil da região, em torno de associações de fins múltiplos que promovem atividades e iniciativas que preservam a identidade do território, revelando-se veículos indispensáveis para a dinamização da vida coletiva e promoção da cidadania ativa.

A região vai plantando diversas sementes de futuro, num esforço coletivo para a sustentabilidade territorial e desenvolvimento. Contudo, sofre algumas das dificuldades características das regiões situadas no interior do país, das quais destacamos, a título de exemplo, acessibilidades deficitárias e falta de investimento na área das telecomunicações que urge resolver num país que se quer inclusivo e coeso social e territorialmente.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Coesão Territorial e Sustentabilidade na agenda pública
 Reconhecimento público da importância do meio rural
 Ambiente favorável ao empreendedorismo
 Programas de apoio e incentivo à empregabilidade
 Novas procuras e nichos de mercado com públicos diversificados
 Acesso privilegiado ao mercado comunitário
 Marcas locais consolidadas no mercado nacional
 Assunção da importância da governança territorial das intervenções

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

Tendência global para a concentração de pessoas e serviços nas cidades
 Litoralização e aumento das assimetrias no contexto nacional
 Concorrência desigual entre Regiões
 Multidimensionalidade do fenómeno da pobreza e da exclusão
 Legislação e burocracia complexa, desencorajadora dos pequenos investidores
 Acesso ao crédito dificultado pela crise do sistema financeiro
 Contexto socioeconómico do país desfavorável ao investimento e ao consumo das famílias

Centralidade do território
Integração de imigrantes e neorurais
Identidade própria
Potencial de produção com qualidade: floresta, agro-pecuária, agro-alimentar
Produtos locais de qualidade com reconhecimento externo
Infraestruturas de acolhimento empresarial disseminadas
Forte vocação turística
Qualidade ambiental e paisagística de excelência
Relevante património cultural
Movimento associativo com expressividade
Cultura de cooperação enraizada (CPBS)

Principais Pontos Fracos

População envelhecida e acentuado despovoamento
Frac capacidade de fixação de população
Frac cultura e iniciativa empresarial
Setores tradicionais com dificuldades competitivas
Ausência de escala das produções locais
Abandono da atividade agrícola
Dispersão das ações de promoção turística
Descaracterização do comércio tradicional
Dificuldades no acesso aos mercados
Reduzido nº de estabelecimentos de restauração de qualidade

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Os principais desafios que se colocam na prossecução da Estratégia definida pelo GAL ADIBER/Beira Serra14-20 podem ser sintetizados na Criação de emprego; Revitalização do tecido económico e social; e Salvaguarda e valorização do capital territorial.

Estes assumem especial relevância no processo de desenvolvimento territorial sustentável e integrado, assente na necessidade de fixar pessoas, bens e serviços, propósito alcançável se sustentado numa base económica sólida, capaz de gerar emprego e alicerçada nos ativos específicos do território, que urge preservar e valorizar, efectivando-se como espaços de reposição da cultura e memória coletiva, mas também como capital vendável, cuja rentabilidade beneficie a região e as suas populações.

O mercado de trabalho atual, caracterizado pela retração e especialização, exclui um grande número de pessoas e favorece duas realidades distintas, o desemprego de longa duração e a não integração de jovens qualificados, pelo que o apoio ao emprego, incluindo o autoemprego, é essencial à sustentabilidade territorial.

A revitalização do tecido económico efetua-se através de uma abordagem estratégica, tendo o GAL estabelecido como atividades prioritárias de investimento as fileiras do turismo e dos produtos locais de qualidade, enquanto importantes motores de desenvolvimento regional, potenciando a criação de emprego local e a refuncionalização e revitalização dos recursos patrimoniais e culturais da Região, nomeadamente a genuinidade e autenticidade dos produtos que beneficiarão a economia local, desde que produzidos com vocação de mercado.

Esta visão integrada, na qual se inclui a valorização dos elementos patrimoniais e distintivos da região, possibilita a criação de condições de vida atraentes para os atuais e para novos residentes, essenciais à regeneração social do território e conseqüentemente à salvaguarda do capital territorial da Beira Serra, onde a aposta na qualificação do capital humano, a maior riqueza da Região, se assume também como uma prioridade, de forma a otimizar o sucesso da intervenção protagonizada pela EDL.

Contudo, identificam-se alguns fatores críticos de sucesso que limitam e dificultam a prossecução dos objectivos e metas propostas na EDL, nomeadamente:

- A existência de tipologias de investimento que permitam ir ao encontro de algumas necessidades e potencialidades do território que foram identificadas no diagnóstico, facto que condiciona o apoio em larga escala a iniciativas ligadas ao associativismo e à economia social, que constituem um forte complemento a outras iniciativas de carácter económico e cultural, seja pela melhoria da qualidade de vida das populações como através da criação de emprego e dinamização da economia local;
- A dotação orçamental proposta para a Região, tendo em consideração as adversidades e estrangulamentos que continuam a persistir na Beira Serra, tanto ao nível das fragilidades do tecido produtivo e empresarial como ao nível do reconhecimento e valorização dos fatores identitários com potencial de mercado;
- O nível máximo do investimento elegível que condiciona a dimensão, o objeto e impacto dos projetos, sendo que estes quando de menor dimensão têm uma capacidade mais limitada de criar novos empregos.
- A existência de recursos humanos qualificados que melhorem a competitividade das empresas;
- A consolidação de um ambiente externo favorável ao investimento.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

Com a EDL para a Beira Serra, pretende-se contribuir para a alteração de paradigma que caracteriza os territórios rurais, cujo processo de desenvolvimento deve assentar nas suas amenidades e na valorização dos seus ativos específicos, impulsionando a criação de riqueza, de emprego sustentável e aumentem a sua atractividade, factores determinantes para fixar pessoas e minimizar os efeitos que o despovoamento e o envelhecimento produzem nas suas dinâmicas, pelo que a intervenção proposta, sem desvalorizar outras áreas consideradas como prioritárias, tem uma lógica eminentemente económica e de reforço da competitividade do tecido económico local.

A partir dos objetivos estratégicos da EDL e em consonância com as prioridades de investimento elegíveis são desenvolvidos eixos fundamentais, já identificados na macro-estratégia apresentada na 1ª fase do Concurso (anexo I).

O objetivo estratégico da EDL - Aumentar a Competitividade e Diversificar o Tecido Económico Local apresenta-se a matriz base da intervenção preconizada.

Entende-se que é possível, e desejável, promover uma economia de base regional, partindo de diferentes pressupostos, dos quais o primeiro é a localização ou a “relocalização” de atividades económicas, através de um conjunto de ações que visem tornar o território mais atrativo para potenciais investidores e empreendedores. A captação de novos empreendimentos, ideias de negócios e de investimento privado pode ser viabilizada através da dinamização de uma bolsa de ideias de negócio e da concretização de missões empresariais junto dos mercados externos ao território.

Para o robustecimento da base económica local colabora ainda a capacitação e modernização do tecido empresarial da região, nomeadamente através da qualificação das estruturas locais de captação, acolhimento, apoio e dinamização empresarial que poderão, deste modo, prestar melhores serviços, bem como o estímulo à competitividade e à criatividade empresarial com base nos recursos endógenos e saberes instalados, especialmente no que se refere às atividades agrícolas e à cadeia agroalimentar.

A qualificação das explorações agrícolas associada à diversificação das suas atividades, será uma aposta para a afirmação dos factores distintivos do território. Em simultâneo, o incremento de valor acrescentado nos produtos agrícolas e pecuários, através de investimentos em unidades de transformação, que permitem valorizar os produtos tradicionais de qualidade com procura nos mercados, assume especial relevância no contexto económico da fileira agro-alimentar.

Importa fomentar a integração do tecido económico em redes ou organizações, como cooperativas e associações de produtores ou outras facilitadoras da inserção em mercados, dos quais as redes colaborativas e as cadeias curtas de comercialização são exemplos, bem como constituir redes de cooperação estratégica com territórios e entidades congéneres que alarguem os mercados para os produtos e empresas regionais, reforçando o seu valor.

Para a promoção da competitividade e revitalização do tecido empresarial regional a Parceria assinalou como áreas prioritárias a desenvolver, a fileira Agroalimentar e dos Produtos Locais de Qualidade e o Turismo e Património, numa lógica de consolidação do trabalho iniciado com os anteriores Programas LEADER e SP3 Proder.

A existência de produtos de qualidade que se assumem como diferenciadores da Região de que são exemplo, entre outros, o Queijo Serra da Estrela, queijo de cabra, vinho do Dão, enchidos, buchos, azeites, mel, licores e compotas detêm um potencial económico não desprezível, nomeadamente pelo valor que acrescentam às explorações agrícolas, pelo emprego local que criam, pela capacidade de fixação da população, inclusivamente os neo rurais, e pela notoriedade que conferem ao território no exterior, tendo ainda impactos multisetoriais, dos quais a fileira do turismo é demonstrativa. A este respeito é de salientar os impactos no turismo de experiências e/ou criativo, onde a oferta de produtos associados às tradições, ao saber fazer local, à gastronomia, entre outros, permitem a criação de redes e rotas temáticas, aumentando a capacidade de atração e fixação de turistas e alargando o tempo médio de estada, uma vez que a especificidade, autenticidade e genuinidade são atributos atualmente muito valorizados por segmentos cada vez mais abrangentes de visitantes.

Ao nível dos produtos de referência, são ainda evidentes algumas dificuldades que carecem de resolução, nomeadamente ao nível da escala da produção que, sendo baixa, não está apta a responder às flutuações da procura, com consequências ao nível da sua consolidação junto dos mercados, onde a sua integração é ainda muito exígua, fato que poderá ser minimizado através da introdução de valor na sua cadeia de produção pela via da certificação ou de qualificação ao nível da imagem e embalagens, por exemplo.

A comercialização de proximidade, através da aposta em mercados municipais e de produtores, feiras dos produtos locais e em pequenos estabelecimentos comerciais tradicionais, mas também os mercados especializados, por exemplo de produtos biológicos, e a venda através de plataformas on-line de cabazes que integrem produtos hortícolas e frutícolas, apresenta virtualidades significativas ao nível do aumento do

escoamento da produção, sua rentabilização e contributo para a viabilidade económica dos territórios. Contudo, não se deve descuidar as vantagens que a área da cooperação, interterritorial e transnacional, traz ao setor, com a abertura a novos mercados consumidores, o que facilita o escoamento e comercialização dos produtos com acréscimo de valor, motivando os produtores a aumentarem a sua capacidade produtiva.

A dinamização da restauração local é outra área relevante que proporcionará o escoamento e a degustação dos produtos locais, junto do crescente segmento de apreciadores da gastronomia. A promoção da restauração especializada e de qualidade, baseada na riqueza ancestral gastronómica e nos produtos locais de qualidade deverá beneficiar do apoio ao aumento do número de estabelecimentos e da qualificação e à capacitação dos serviços disponibilizados pelos já existentes.

Nesta perspetiva, não se pode olvidar a importância que o setor do turismo, pela sua transversalidade, representa para a economia local, já que partindo do potencial de excelência que a Beira Serra oferece, tem vindo a ser valorizado através de novos investimentos, públicos e privados, concretizados com forte apoio no seio dos programas comunitários, nomeadamente do SP 3 PRODER.

A presença da Região em redes já estruturadas, como é o caso das Aldeias Históricas de Portugal ou as Aldeias do Xisto, confere-lhe com um elevado grau de visibilidade, de atratividade e reconhecimento externo, que é necessário aprofundar. Após a conclusão de importantes investimentos que permitiram aumentar a capacidade e a qualidade do alojamento, condição determinante para a afirmação da região enquanto destino turístico, no futuro próximo importa desenvolver iniciativas de animação dos recursos turísticos promovendo a utilização de toda a aptidão turística instalada e a rentabilização dos investimentos efetuados e do património existente. Neste âmbito a refuncionalização de infraestruturas e recuperação do edificado patrimonial, a requalificação de locais turísticos, como estruturas de apoio, sinalética, trilhos, rotas temáticas e a revitalização dos centros históricos e das aldeias são intervenções a preconizar.

A animação territorial terá que evidenciar um carácter de integração e complementaridade regional capaz de lhe conferir escala, diversidade, projeção e qualidade, através da elaboração de um Plano Regional de Eventos Turísticos.

Por outro lado, caberá igualmente à Parceria desenvolver iniciativas tendentes à preservação do património cultural, entendido enquanto património histórico, arquitetónico, religioso e etnográfico da região e que, no conjunto, comprova a sua identidade cultural única, genuína e inimitável.

A região assume a proteção deste património como prioridade, numa lógica de diversificação da oferta turística assente na dinamização de pequenos núcleos museológicos, promoção de atividades culturais e de repositórios documentais de memória coletiva, apoio à qualificação das atividades promovidas pelas organizações locais, bem como a inventariação do artesanato e promoção de estruturas de apoio a atividades tradicionais, à semelhança de uma micro-incubadora.

Posto isto, e decorrente do primeiro objetivo, o segundo objetivo específico da EDL apresentada é Criar, Diversificar e Qualificar o Emprego. A intervenção nesta área, para além do já exposto, far-se-á também através do apoio ao empreendedorismo de base local, especialmente microempreendedorismo, alicerçado nos recursos e no capital territorial, capaz de criar postos de trabalho e favorecer o autoemprego para pessoas em situação de desemprego ou inativas, através de incentivos ao pequeno investimento. É necessário, ainda, proceder à requalificação profissional dos recursos humanos da região, intervenção que deverá principiar pela promoção do sucesso escolar, evitando a saída precoce do sistema de ensino e consequentes baixas qualificações dos jovens ativos e, de igual forma, captar e fixar talentos na região, através da criação de um ecossistema favorável, quer ao empreendedorismo jovem, quer à promoção de estágios e experimentação laboral.

No EDL fica ainda previsto o objetivo específico 3 – Promover a Sustentabilidade Ambiental e Cultural, nomeadamente na preservação, divulgação e utilização do património natural, arquitetónico e cultural, como fator de desenvolvimento, assente num recurso que se apresenta como imagem de marca distintiva da Beira Serra, a riqueza e a diversidade da sua paisagem.

Quanto aos contributos para os objetivos específicos 4 – Promover a redução da pobreza e combater a exclusão social e 5 – Fomentar a capacitação institucional para uma cultura de parceria ativa, estes decorrerem do sucesso alcançado com as intervenções anteriormente descritas, na medida em que uma região mais ativa economicamente, responderá com mais eficácia a fenómenos de exclusão e estará mais capacitada em termos organizativos, beneficiando da maior robustez das suas empresas e instituições e, deste modo, de uma maior capacidade reivindicativa, que lhe permitirá resolver os problemas que ainda subsistem e que limitam o seu desenvolvimento.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Correspondendo à atitude da ADIBER e aos desígnios da metodologia LEADER, vem sendo aplicado na Beira Serra um modus operandi no qual a participação, corresponsabilização e co-construção, englobando todos os atores locais se assume como condição incontornável para o desenvolvimento territorial. É neste enquadramento que a EG tem atuado em relação aos procedimentos associados ao Acordo de Parceria Portugal 2020, partilhando as informações disponíveis junto dos parceiros e da população local. Em relação ao instrumento DLBC foi formalizada a Parceria responsável por elaborar e executar a EDL e foi intensificada a proximidade com as Entidades locais com o objectivo de proceder à sua auscultação, tendo neste âmbito sido realizadas várias iniciativas que promoveram a participação dos parceiros e a recolha de contributos essenciais para a construção da referida Estratégia. Destas iniciativas destaca-se o Compromisso Beira Serra 14-20 realizado em 09.05.2014, no qual 111 Entidades assumiram a vontade de contribuir para a Parceria, a que se seguiu a realização de um conjunto de sessões descentralizadas pela região, enquanto espaços de debate abertos à participação da comunidade, complementadas com a disponibilização de uma Ficha de Opinião nos sites da ADIBER e dos Municípios, através da qual foram recolhidas importantes indicações para a EDL a apresentar ao DLBC.

Releva-se, pela enorme importância que assumiu, no que concerne ao envolvimento e participação ativa da Região na definição de uma visão para o território a médio prazo, o III Congresso da Beira Serra, que decorreu, em Outubro de 2012, sob os desígnios da ADIBER que constituiu um significativo momento de afirmação de um território coeso que “fala a uma só voz”.

Este processo de envolvimento dos Parceiros culminou em 11.02.2015, com a aprovação da constituição do Conselho de Parceiros da Beira Serra, que envolve 123 Entidades representativas da diversidade da região, e da macro-estratégia para o Território.

A validação da candidatura de resposta ao presente Convite, ocorreu na reunião do CPBS de 23.07.2015, cujas decisões estão vertidas na ata em anexo (Anexo II).

No futuro continuar-se-á a privilegiar a participação de todos os players locais como modelo de intervenção, inclusivamente dos que ainda não integram a parceria que está aberta à inclusão de novas Entidades. Os espaços de debate desenvolver-se-ão com regularidade, seja no quadro do CPBS, onde a EG prestará todas as informações sobre a execução da EDL, recolherá contributos e proporá a definição de medidas correctivas para os desvios que se identifiquem, seja em encontros dedicados a áreas temáticas mais específicas e relevantes no contexto da EDL.

Saliente-se ainda o fato da ADIBER participar em redes locais que lhe permite recolher e partilhar informações úteis para este processo participativo.

Em suma, prevê-se a dinamização das seguintes ações: Sessões públicas de divulgação da EDL e dos apoios que lhe estão associados; Reuniões para apoiar potenciais promotores na concretização das ideias de investimento; Disponibilização de informação em Plataformas electrónicas dos parceiros e edição de boletins e guias e divulgação de informações relevantes junto da Comunicação Social, entre outras.

Todas estas ações de animação da Parceria terão como princípio a ampla divulgação do conteúdo, implementação, execução e avaliação da EDL, confluindo para a transparência e permanente monitorização de todo o processo.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A EDL apresentada, tendo como propósito principal dar resposta aos desafios que se colocam ao território, não pode estar dissociada da estratégia global definida no quadro do Acordo de Parceria Portugal 2020 e dos instrumentos de política que o integram, nomeadamente dos Programas Operacionais Regionais e as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial nos quais esta região se enquadra, pelo que a elaboração da mesma considerou a necessidade de promover uma estreita articulação entre os vários instrumentos capazes de ativarem complementaridades, potenciando e gerando maiores impactos no território.

Entendemos o DLBC como um instrumento de política complementar às intervenções de âmbito mais lato, capaz de resolver pequenos problemas que apenas poderão ser identificados com uma maior proximidade aos territórios, mas que se revelam de extrema importância quando analisados num contexto de promoção da coesão social e territorial do País.

Na visão definida para o Portugal 2020 e para o P.O. Centro 2020 há uma clara aposta na promoção da competitividade da economia portuguesa, através do reforço do investimento na modernização e capacitação dos sectores produtivos geradores de riqueza e de novos postos de trabalho qualificados e do aumento da capacidade exportadora do país, para o que também é fundamental dar continuidade ao esforço de qualificação dos recursos humanos, que deverão estar aptos a explorar a criatividade, a inovação e as suas aptidões empreendedoras, colocando-as ao serviço do desenvolvimento económico.

Contrariar os números assustadores que o desemprego atingiu nos últimos anos, enquanto principal fenómeno social do país, com os decorrentes problemas ao nível do aumento da pobreza e da exclusão social, surge como meta para aplicação das ajudas comunitárias que nos são disponibilizadas. Em resposta a estas linhas orientadoras e preocupações, também presentes neste território, facilmente se conclui que a proposta apresentada pelo GAL ADIBER / Beira Serra14-20, vai ao seu encontro, tendo em conta que cerca de 84% do orçamento proposto para a EDL será alocado diretamente ao investimento para a modernização e aumento da competitividade do tecido económico da Região, como meio de criação emprego sustentável, o qual estará muito alicerçado no aproveitamento e valorização dos ativos específicos do Território e dos seus aspectos diferenciadores e distintivos, identificados como vantagens comparativas face a outras regiões concorrentes.

A introdução da inovação e do conhecimento no tecido económico local apresenta-se como uma importante fator de sustentabilidade e competitividade das empresas, daí que a proximidade do GAL e dos seus parceiros a centros de investigação e de ensino superior, como a Universidade de Coimbra, o Instituto Politécnico ou a ESTGOH seja já uma realidade.

Pretende-se com esta aposta reforçar a articulação com o P.O. Centro 2020, cumprindo com os desafios propostos pela RIS3 da Região Centro, ou seja, aplicando uma estratégia de especialização inteligente assente no potencial local, sendo de salientar a participação da ADIBER na Plataforma de Inovação - “Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais”, que integra esta abordagem.

Esta estratégia de qualificação facilitará a maior abertura da região e dos seus agentes económicos ao exterior, nomeadamente o acesso a novos mercados, regionais, nacionais ou mesmo no estrangeiro, o que se assume como uma prioridade e um modelo de desenvolvimento capaz de gerar novas dinâmicas empresariais face ao crescente aumento da procura de produtos de qualidade destes territórios rurais. Deste modo a conciliação e integração do território em redes de maior dimensão e repercussão é fundamental para que os objectivos propostos sejam alcançados.

A aposta na valorização dos produtos locais de qualidade e na qualificação e diversificação da oferta turística está, por outro lado, em coerência e adequação com o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra, promovido pela respectiva Comunidade Intermunicipal (CIM-RC), na qual se integra a totalidade da zona de intervenção do GAL ADIBER / Beira Serra 14-20.

De salientar que, no processo de construção deste documento, se verificou uma ampla participação dos atores locais de todo o território da CIM-RC, tendo a ADIBER na qualidade de Entidade Gestora do GAL, participado ativamente em várias reuniões técnicas, onde teve a oportunidade de apresentar as sugestões e contributos entendidos como importantes para o território, designadamente ao nível da identificação de constrangimentos e apresentação de possíveis soluções para sua resolução.

A partir deste processo partilhado e participado puderam ser consensualizadas diversas áreas de intervenção que reputamos de essenciais para o enquadramento em que se insere a presente estratégia e para os desafios que pretendem ser alcançados.

Com efeito, entre as áreas prioritárias definidas nesse documento identificam-se a “Valorização e gestão dos recursos endógenos” e “Inovação e capital humano” e respectivas iniciativas estruturantes, para cujos objectivos e resultados a EDL proposta para a Beira Serra, estamos certos, irá dar um significativo contributo, na medida em que a intervenção do GAL, a um nível mais próximo do território, responde de forma eficaz aos desafios lançados pela CIM-RC.

Esta articulação entre as diferentes abordagens territoriais é facilitada pelo relacionamento estreito existente entre o GAL e a CIM-RC, através do qual tem sido possível encontrar e definir pontos de convergência que, complementarmente, concorrem para os mesmos objectivos, ampliando os resultados que se pretendem alcançar.

O relacionamento entre as diversas Entidades tem sido desenvolvido no quadro do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, no qual a ADIBER tem assento enquanto membro de pleno direito, sendo este um importante fórum de troca de informações e de definição de consensos que permite estabelecer caminhos comuns para a resposta aos desafios que são colocados no território.

A articulação com a CIM-RC terá igualmente que se estabelecer ao nível da aplicação das PI 8.3. e 8.8. do P.O. Centro (apoio à criação e modernização de empresas), porquanto a intervenção das diversas estratégias está delimitada pelos montantes de investimento a propor pelos Promotores, havendo a necessidade de estabelecer compromissos e áreas de confluência para que os recursos, escassos para as necessidades, possam ser otimizados em função dos resultados que se espera alcançar.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A parceria assume como principal desafio: Afirmar a Beira Serra como um Território I+: Inovador, Inteligente, Inclusivo, Inimitável, Institucional, propondo-se atingir os seguintes resultados globais: - População coberta pela EDL-100% - Melhoria grau de satisfação dos residentes (1-10)-7 - Despesa pública/investimento total-52,8% - Crescimento económico-3% Partindo do conhecimento do território, em especial das suas dimensões demográfica, económica e social e reconhecendo o conjunto de forças e oportunidades que apresenta neste domínio, foi definido um conjunto de objetivos estratégicos e específicos que concorrem entre si para que o desafio proposto seja alcançado: Objetivos Estratégicos OE1-Aumentar a competitividade e diversificar o tecido económico local Objetivos Específicos: OE1.1-Fortalecer e capacitar o tecido empresarial OE1.2-Criar pólos de competitividade com base nos recursos endógenos e de lazer OE2-Criar, diversificar e qualificar emprego Objetivos Específicos: OE2.1-Criar postos de trabalho qualificados e especializados OE2.2-Impulsionar o empreendedorismo de base local OE3-Promover a sustentabilidade ambiental e cultural Objetivos Específicos: OE3.1-Preservar e divulgar o património natural, arquitetónico e cultural OE3.2-Promover a eficiência energética e o uso eficiente dos recursos OE4-Promover a redução da pobreza e combater a exclusão social Objetivos Específicos: OE4.1-Manter e qualificar os serviços de proximidade para a população dependente OE4.2-Promover a igualdade de oportunidades OE5-Fomentar a capacitação institucional para uma cultura de parceria ativa Objectivos Específicos: OE5.1-Promover a animação territorial Para a concretização destes objetivos definiu-se um conjunto de ações, indicadores e metas, cujo conteúdo é apresentado de forma detalhada no anexo III, tendo em consideração o investimento por Fundo, sendo que o orçamento global proposto pela parceria é de 6.446.750 €, tendo a desagregação seguinte: FEADER-3.696.750,00 € Tipologias de Investimento Pequenos investimentos na exploração agrícola-522.000 € Pequenos investimentos na transformação e comercialização-1.014.075 € Diversificação das atividades na exploração- 486.000 € Cadeias curtas e mercados locais-540.000 € Promoção de produtos locais de qualidade-225.000 € Renovação das aldeias-369.675 € De acordo com o descrito no documento do PDR2020, podem vir a ser apoiadas outras tipologias de operações para além das identificadas na Medida 10. LEADER, caso se considerem essenciais para a prossecução dos objectivos das EDL, sendo que baseado neste propósito, a Parceria propõe o enquadramento da seguinte tipologia: Pequenos investimentos de apoio à inovação e economia social, através da promoção do associativismo social, cultural e recreativo de base local-540.000 € Ações A1-Desenvolvimento de pequenos investimentos nas explorações agrícolas A2-Criação e modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas e agro-alimentares A3-Diversificação de atividades na exploração agrícola A4-Dinamização de mercados locais e criação de circuitos curtos A5-Promoção e valorização de produtos locais de qualidade A6-Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais A7-Apoio à inovação social e à economia social A8-Promoção do associativismo social, cultural e recreativo de base local Indicadores e principais resultados: Realização Nº Projectos Apoiados-170 Nº de Beneficiários apoiados-160 Nº Explorações agrícolas apoiadas-58 Nº Empresas apoiadas-100 Nº Unidades de transformação apoiadas-20 Nº de mercados / cadeias apoiados-15 Nº produtos locais incluídos em ações de promoção-10 Nº de aldeias intervencionadas-8 Peso Despesa Fundo/(Peq. Invest. Expl.+Comercialização)- 41,5% Peso Despesa Fundo / Renovação aldeias -10% Resultado Explorações apoiadas ao nível da reestruturação ou modernização-0,02% Beneficiários apoiados em regimes de qualidade-0,01% N.º empregos criados através de projetos apoiados-85 N.º empregos mantidos através de projetos financiados-60 Aumento do volume de comercialização dos produtos locais de qualidade-15% N.º de Unidades de Transformação criadas-6 FEDER - 1.250.000 € Tipologias de Investimento PI 8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios - 1.125.000 € PI 6c a) ii) Património Cultural - Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico-35.000 € PI 6c b) i) Património Natural - Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais-90.000 € Ações A9-Apoio à criação e modernização de microempresas A10-Desenvolvimento de atividades e produtos turísticos e de lazer A11-Apoio à instalação de viveiros de empresas A12-Criação e modernização de atividades produtivas artesanais A13-Apoio a iniciativas que promovam a utilização eficiente dos recursos A14-Apoio à qualificação do associativismo cultural e recreativo A15-Valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural A16-Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização do património natural A17-Conservação e valorização dos recursos naturais Indicadores e principais resultados: Realização Nº Projetos apoiados-46 Nº Beneficiários apoiados-40 Nº Empresas apoiadas-38 Nº Intervenções património cultural-4 Nº Intervenções património natural-4 Nº Projetos de turismo apoiados-12 FSE - 1.500.000 € Tipologias de Investimento PI 8

iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inactivos que pretendam voltar ao mercado de trabalho—1.500.000 € Ações A18—Apoio a projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam regressar ao mercado de trabalho A19—Apoio direto à contratação, no caso de criação líquida de postos de trabalho Indicadores e principais resultados: Realização N.º Projetos apoiados para criação do próprio emprego-40 N.º Empregos criados-45 N.º Postos de Trabalho apoiados pela contratação-114 Indicadores e principais resultados (FEDER+FSE): Resultado Aumento do número de visitantes a sítios de património cultural e natural-15% Aumento de dormidas em unidades de alojamento classificadas-10% N.º de empresas instaladas em viveiros-10 N.º de unidades produtivas artesanais apoiadas-8 Projetos que promovem a utilização eficiente dos recursos-12 N.º empregos criados através de projetos apoiados-115 N.º empregos mantidos através de projetos financiados-35 Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio-75% Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (FEDER)—2 N.º de postos de trabalho qualificados e especializados-25

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A EDL apresentada procura dar resposta aos desafios que, in loco, são percebidos, partindo da experiência de terreno do GAL ADIBER/Beira Serra e dos resultados da participação e envolvimento dos stakeholders regionais e em consonância com o diagnóstico territorial efetuado, como com as intervenções executadas ao abrigo dos anteriores Programas Comunitários. Deste modo, para o presente período de programação 2014-2020, a parceria assume que a EDL estabelecida se norteia pelo seguinte objetivo geral: **AFIRMAR A BEIRA SERRA COMO UM TERRITÓRIO I+ - INOVADOR, INTELIGENTE, INCLUSIVO, INIMITÁVEL e INSTITUCIONAL** Inovador no sentido de: ?Promover o Desenvolvimento Territorial com base na implementação de soluções criativas; ? Estimular a modernização do tecido empresarial local através de investimento em I&D e da incorporação de tecnologia e valor nos seus processos produtivos; ?Criar pólos de competitividade, facilitadores da atração e fixação de investimento; ? Gerar economias de escala ao nível empresarial, associativo e institucional; ?Introduzir novas metodologias que otimizem a cadeia de valor das empresas e instituições, aumentando os seus níveis de competitividade e sustentabilidade e promovendo a inovação, incluindo a inovação social. Inteligente, porquanto se pretende: ? Enraizar uma nova atitude que reconheça a crescente importância do conhecimento, da criatividade e da inovação nos processos de desenvolvimento; ?Fomentar a participação de empresas e instituições em redes de conhecimento, aproximando-as do Sistema Científico e Tecnológico nacional, da Universidade de Coimbra, do IPC e da ESTGOH enquanto principal centro de produção de conhecimento na Região da Beira Serra; ?Apostar na educação e na formação dos ativos da Região, promover a sua qualificação e especialização e reduzir o abandono e insucesso escolar; ?Introduzir o espírito empreendedor na população jovem; ?Captar e fixar jovens talentos com qualificação superior, em áreas multidisciplinares de interesse para a região, capacitando o tecido económico e social e facilitando a transferência de competências e de conhecimento; ?Incentivar o uso eficiente dos recursos e a sustentabilidade energética. Inclusivo na medida em que se aposta: ?Na promoção da coesão social e na redução das desigualdades; ?Numa economia com maiores níveis de emprego, em número e qualidade; ?Na redução dos indicadores de pobreza e de exclusão social; ?No combate ao isolamento e à solidão das populações; ?Na capacitação das Instituições do Terceiro Sector; ?Na promoção da igualdade de oportunidades; ?Na sensibilização da sociedade para uma cidadania ativa e participativa. Inimitável ao basear-se: ?Numa estratégia de valorização dos ativos específicos do território; ?Na preservação e valorização do património natural e cultural; ?No aproveitamento e transformação do potencial endógeno, autêntico, genuíno e inovador; ?Na assunção dos fatores distintivos e diferenciadores da Beira Serra face a outros territórios. Institucional, de modo a: ?Reforçar e capacitar as parcerias, fortalecendo as dinâmicas locais e regionais; ?Qualificar as organizações da sociedade civil; ? Estimular a integração e participação das entidades locais (públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos) em redes colaborativas de nível local, regional, nacional e transnacional, adotando novos modelos de cooperação e de transferência de conhecimento. O principal intento associado a este objetivo geral é, assim, o fortalecimento e capacitação da região numa perspetiva de resposta aos desafios atuais, especialmente ao nível económico e demográfico que lhe garantam um futuro onde a coesão social, a sustentabilidade e desenvolvimento territoriais sejam horizontes prováveis. Deste modo, e em sùmula, os fatores-chave que importam evidenciar no âmbito da EDL para a Beira Serra são: a competitividade económica e a disponibilização do emprego; a sustentabilidade ambiental e cultural do capital territorial; a inclusão e coesão social; e a capacitação e interligação institucional. A partir deste reconhecimento foi possível definir e consensualizar um conjunto de áreas temáticas que contribuem solidariamente entre si para o desenvolvimento harmonioso que se advoga para a região, embora também elas sejam permeáveis às mutações territoriais e às oportunidades de investimento existentes. Importa salientar que a visão preconizada para o horizonte temporal 2020 para a Beira Serra e em correspondência com o definido pela Parceria no âmbito da 1.ª fase do Concurso, terá concretização através do DLBC. Contudo, verificada a exclusão de algumas áreas fundamentais da EDL das prioridades de investimento elegíveis para a Região Centro ao abrigo daquele instrumento, a mesma terá de se concretizar também através de outros programas e projetos que originem intervenções que a viabilizem e operacionalizem.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas	Projetos apoiados	12,00	35,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	6,00	328 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização	Projetos apoiados	4,00	12,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	6,00	19,00	627 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de Atividades na Exploração	Projetos apoiados	2,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	13,00	300 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias Curtas e Mercados Locais	Projetos apoiados	3,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	6,00	337 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de Produtos de Qualidade Locais	Projetos apoiados	4,00	12,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	144 241,97€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias	Projetos apoiados	3,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	192 915,77€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração dos recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	15,00	Postos de trabalho criados	8,00	21,00	565 857,92€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	a) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico b) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	311,00	779,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,25	0,60	62 873,10€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	21,00	53,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	902 490,12€
---	-----	---	---	-------	-------	---	------	-------	-------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Estratégias de Desenvolvimento Local	Estratégia	1,00	1,00				628 731,02€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Estratégias de Desenvolvimento Local				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,00	2,00	628 731,02€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	1 929 157,74€
FEDER	628 731,02€
FSE	902 490,12€
Total	3 460 378,88€

Pressupostos

A quantificação dos resultados a alcançar foi construída com base na experiência da ADIBER na implementação da abordagem LEADER e no conhecimento que detém das dinâmicas locais instaladas, reforçada pelos seguintes elementos: O orçamento proposto, cerca de 6,5M€, é a premissa primeira para que a intervenção a efetuar seja a adequada às expectativas da região, permitindo ultrapassar os desafios que se lhe colocam. Este montante foi estabelecido em coerência com as disponibilidades dos Fundos plasmadas no Convite e com a perceção do GAL quanto à capacidade da região para absorver esses meios. Este Orçamento (anexo IV) representa um ligeiro acréscimo face ao disponibilizado no anterior período de programação, muito por força do alargamento da intervenção que está protagonizada no âmbito do FEADER e da expectativa associada a um ambiente mais favorável ao investimento num futuro próximo. Face à realidade atual do território e ao histórico de investimento, ao montante do Orçamento proposto por cada Fundo que contribui para a EDL e as taxas de apoio previstas para as tipologias de investimento, apresenta-se o seguinte cenário: Orçamento FEDER – 1.250.000 € - Despesa pública de 1.125.000 €, prevendo-se um investimento médio (Inv.) por empresa de 60.000€, o que permite apoiar cerca de 38 empresas; - A previsível criação de 1,8 postos de trabalho (PT) por empresa, ou seja, um total de 70 empregos; - Apoio a 4 projetos com Inv. de 10.000 € na área do Património Cultural e outros 4 projetos com Inv. de 25.000 € dirigidos para o Património Natural que nesta região assume uma enorme importância estratégica; - Aplicando as taxas de apoio definidas, verificar-se-á um investimento total de 2.420.000€; Orçamento FSE – 1.500.000 € - Apoio a 40 projetos de criação do próprio emprego promovido por desempregado ou inativo com Inv. de 30.000€, prevendo-se que os mesmos possam criar 45 novos PT; - Estes projetos representarão um investimento total de cerca de 1.200.000 €; - Apoio à contratação a 114 PT decorrentes dos projetos apoiados pelas Medidas 8.3 e 8.8 do Centro 2020, num valor equivalente a 10 x IAS por PT, quando houver criação líquida de emprego; Orçamento FEADER – 3.696.750 € - Apoio a 58 pequenos projetos na exploração agrícola, com Inv. de 20.000€, através dos quais irão ser criados 10 novos PT; - Intervenção em 20 projetos de transformação e comercialização de produtos, com Inv. de 125.000 €, os quais potenciarão a criação de 30 PT; - Diversificação de atividades em 12 explorações agrícolas com Inv. de 100.000,00 €, através dos quais se espera criar 20 PT; - Apoio a 15 projetos na área dos mercados locais, que terão um Inv. de 80.000 € e pelos quais serão criados 10 novos PT; - Apoio a 20 iniciativas de promoção de produtos locais de qualidade cada um com um custo de 25.000 € associado; - Intervenção em 8 Aldeias, através de 15 projetos com Inv. de 55.000 €; - Considerando a importância do apoio ao Associativismo para a dinâmica do território e a possibilidade que no âmbito do PDR 2020 está disponível, propõe-se o apoio a 30 projetos com Inv. de 40.000 €, através dos quais será expectável criar 15 PT; - Com estas intervenções, através do FEADER irá ser proporcionado um investimento total em projetos que ascende a cerca de 8.585.000 €. Os resultados apresentados assentam num investimento global de 12.205.000 €, pelo que qualquer alteração a este pressuposto, conduzirá inevitavelmente a um ajuste nos números propostos.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

A EG assume a área da cooperação como estratégica para a ampliação dos impactos da EDL para o período 14-20. A posição da ADIBER, nomeadamente, o seu enraizamento territorial e experiência, bem como as relações de proximidade que mantém, ao longo de mais de 20 anos de atividade, com as suas congéneres regionais e a sua participação em grupos de trabalho confluentes daquelas entidades, como a Federação Minha Terra, colocam-na numa situação favorável face aos projetos de cooperação quer transnacionais quer interterritoriais.

No âmbito dos projetos de cooperação inter-regionais é dado principal destaque à contiguidade geográfica, às relações de parceria e boa relação firmadas e à partilha de elementos/traços culturais transversais às diferentes regiões, promovendo ganhos de escala nas intervenções.

Assim, considerando as prioridades propostas, estão identificadas algumas áreas de atuação como sejam os produtos de Denominação de Origem - Queijo Serra da Estrela e Vinho do Dão - que serão trabalhados pelos GAL, cujas EG são ADD, ADIBER, ADICES e ADRUSE, em conjunto com representantes dos respetivos setores, nomeadamente com a ANCOSE e Comissão Vitivinícola da Região do Dão, enquanto parceiros do GAL.

Também se pretende estimular a articulação com o GAL DUECEIRA, dada a continuidade geográfica existente e a importância que alguns pontos de interesse transversais assumem em ambas as EDL, como sejam o Vale do Ceira e seus recursos ribeirinhos, a Serra da Lousã, as Aldeias do Xisto e o Mel Serra da Lousã (DOP).

Acresce ainda referir que o Acordo de Cooperação estabilizado entre as ADL da Região Centro, permitirá a dinamização conjunta de iniciativas, com vantagens ao nível da valorização económica do capital territorial e da imagem da região.

Ao nível da cooperação transnacional, será prestada atenção às oportunidades dos Programas de Cooperação Europeia, de que é exemplo o Programa Sudoeste Europeu. Este Programa é congruente com a EDL para a Beira Serra, se atendermos à possibilidade de serem desenvolvidas intervenções em áreas como a organização de missões empresariais internacionais e o reforço da colaboração com territórios cuja inter-relação com a região da Beira Serra se encontra já firmada, no âmbito de geminações regionais, para viabilização de circuitos comerciais ou redes que incluam produtos com denominação de origem.

Considerando as prioridades estabelecidas na EDL e o reconhecimento das valias da cooperação, ressalta a forte aposta nos produtos de qualidade de origem regional e dos recursos patrimoniais e culturais com potencial para alcançar os objectivos definidos, fortalecer o tecido económico regional, preservar e valorizar o património cultural, inclusivamente gastronómico, artesanato e produtos agroalimentares, aproveitar a capacidade turística natural e instalada, ampliar e consolidar os mercados, aumentar a notoriedade e o valor da marca Beira Serra, promover a troca de experiências e promover a interligação inteligente entre as estruturas que permitam um upgrade da sua capacidade de gerar riqueza, emprego e bem-estar para as populações.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O modelo de governação proposto para o funcionamento do GAL foi construído com base em experiências anteriores que demonstraram a sua eficácia perante as responsabilidades assumidas na implementação de Estratégias de Desenvolvimento e no modo como os parceiros são envolvidos nos respectivos processos de decisão e animação.

O GAL é composto por diferentes estruturas - Estrutura Técnica Local (ETL), Órgão de Gestão (OG) e Conselho de Parceiros da Beira Serra (CPBS) - que se relacionam entre si numa lógica de interdependência e de corresponsabilização e de respeito pela especificidade das suas competências, estando garantida a segregação de funções e a fiscalização sucessiva da sua atuação, assim como a existência de um circuito de gestão transparente e eficaz.

É de relevar a estabilidade que caracteriza a equipa técnica da ADIBER que funciona conjuntamente há mais de 15 anos. A ETL é composta por um Coordenador e por Técnicos com formação multidisciplinar, detentores de vasta experiência e comprovadas competências na gestão e implementação de Estratégias e projetos de desenvolvimento local desde 1998, possuindo ainda um profundo conhecimento do território, dos parceiros e das dinâmicas instituídas. Tem como missão a gestão operacional da EDL, nas vertentes de gestão administrativa e financeira de projetos e de animação da parceria e do território, de acordo com as diretrizes emanadas pelos outros Órgãos. Estando em contacto direto com o território e seus agentes, sendo o rosto do GAL, cumpre-lhe prestar as informações disponíveis aos promotores de projetos de investimento, acolher todas as intenções de candidatura no quadro dos concursos abertos pelo OG, ao qual transmitirá todos os elementos quantitativos, qualitativos e procedimentos adotados. A ETL tem ainda responsabilidades ao nível da análise técnica e financeira de cada projeto, vertida em pareceres técnicos e respetivos indicadores de execução e de resultado.

A estrutura de funcionamento da ETL será definida em respeito pela segregação de funções entre o Coordenador e os Técnicos e entre as distintas fases que integram os processos de análise, decisão e execução dos Projetos. Os elementos que integram a ETL participam, sem direito a voto, nas reuniões dos restantes Órgãos do GAL.

Ao OG compete a definição das orientações gerais necessárias à rigorosa implementação da EDL para que sejam alcançados os respetivos objetivos, no respeito pelas decisões do CPBS, transmitindo as suas deliberações à ETL para execução, assim como o acompanhamento permanente da EDL, de modo a introduzir os ajustamentos que se revelem necessários. Em simultâneo, e sustentado nos pareceres técnicos da ETL, emitirá opinião e decisão sobre os Projetos de investimento e respetivos indicadores de resultado.

O OG do GAL será constituído por 7 membros, em respeito pelos termos do Concurso, ao invés dos 11 membros representantes da realidade do Território, definidos na 1ª fase de candidatura ao DLBC. A composição do OG observa os princípios da representatividade social e territorial da Beira Serra.

O CPBS, como órgão máximo do GAL, onde têm assento todos os Parceiros, reunirá em plenário anual, tendo competência para validar a EDL e qualquer alteração que seja promovida, aprovar a constituição do OG, assim como para se pronunciar sobre toda e qualquer informação indispensável à execução do programa e à concretização da Estratégia, apresentando propostas e sugestões que visem melhorar o funcionamento do GAL e a implementação da EDL. Ao CPBS compete ainda acompanhar toda a execução da EDL, através dos indicadores que lhe são comunicados pelos restantes Órgãos da parceria.

O CPBS integra um total de 123 Entidades, das quais 32 públicas e 91 privadas, representativas da diversidade económica, social, cultural, associativa e territorial da Beira Serra, refletindo as dinâmicas locais instaladas e o interesse que revelam na partilha de competências e no estabelecimento de iniciativas de cooperação e de articulação de intervenções em torno de um projeto de desenvolvimento comum para o território, conferindo-lhe a escala e dimensão adequadas à sua implementação. Estas entidades participaram ativamente nos vários momentos de auscultação pública, participação e co-construção da EDL apresentada, tendo ratificado o Protocolo de Parceria na sua reunião plenária de 11 de Fevereiro de 2015 em Oliveira do Hospital, o qual se anexa a esta candidatura.

A ADIBER, na qualidade de Entidade Gestora designada pelo CPBS, assumirá a responsabilidade de representar a parceria junto das Autoridades de Gestão.

Em anexo V apresenta-se o modelo de governação local da parceria, em esquema, clarificando o relacionamento entre os diferentes Órgãos do GAL, bem como a identificação das Entidades que integram o OG e os Técnicos que constituirão a Estrutura Técnica Local (Anexo VI). Nos anexos VII e VIII, são disponibilizados os currícula da EG e dos Técnicos da ETL.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

A EDL proposta em sede de candidatura não é um elemento estanque, pelo contrário, é flexível e permeável às permanentes mudanças sociais, económicas e políticas que influenciam o território. No decorrer da

própria intervenção, e com base em experiências anteriores, a EG está disponível para proceder a alterações que permitam executar um trabalho melhorado em prol do desenvolvimento da região e do sucesso das ações a promover, tendo em conta as especificidades das medidas, dos projetos, dos promotores e das referidas mutações regionais.

A procura de um constante aperfeiçoamento da intervenção consolida-se através de uma grande abertura institucional que, necessariamente, inclui a integração das sugestões dos players regionais, a autoavaliação da ETL e a monitorização e validação pelo OG e CPBS, inscrevendo-se numa lógica de participação ativa, co-construção, corresponsabilização dos parceiros, ou seja, numa metodologia de desenvolvimento verdadeiramente bottom up.

A introdução de refinamentos na estratégia proposta decorre de várias circunstâncias, como sejam, o enraizamento da parceria no contexto regional, a proximidade da ETL à realidade local, a participação da EG em diversos fóruns multissetoriais e multinível e a consolidação de mecanismos de acompanhamento e monitorização, a dois níveis, da ETL aos projetos em implementação e dos parceiros e stakeholders locais à execução da EDL.

A forte ligação do CPBS e da EG ao território foi já explanada quando aludimos à experiência da parceria e ao trabalho realizado nos últimos 20 anos, em consonância com a abordagem LEADER e ao (re)conhecimento de toda a comunidade.

Os resultados e legitimidade obtida não são alheios à proximidade com os agentes locais, que se mantém arreigada à cultura de trabalho dinamizada pela ETL, cuja disponibilidade é uma das suas marcas distintivas, respondendo, deste modo, eficazmente às necessidades dos beneficiários, nomeadamente através do apoio técnico personalizado que lhes dispensa. A experiência e o conhecimento detidos pelos Técnicos do perfil territorial e suas especificidades, são facilitadores dos ajustes necessários para o bom desenrolar dos trabalhos e para o alcance dos resultados propostos, sempre em consonância com as decisões do OG. Pela EG, através da ETL, são estabelecidos contactos permanentes com os promotores de investimento, ao longo do período em que se desenvolvem as diferentes fases de maturação e concretização das iniciativas, ou seja, a conceção, o planeamento e a execução, a conclusão e monitorização e avaliação. Este processo de acompanhamento traduz-se na realização de reuniões de trabalho e de visitas aos locais onde os projetos e iniciativas se desenvolvem, com o objetivo de obter o máximo de informação que permita responder adequadamente a cada situação concreta. Esta atitude facilita a adoção e apresentação de propostas de alteração tidas por convenientes para a observância dos propósitos que estiveram na base da sua aprovação, corrigindo eventuais desvios que poderão comprometer os resultados firmados em candidatura. Em simultâneo, o GAL procede à organização de momentos de debate dedicados às questões territoriais, descentralizados e regulares, direcionados para a parceria, atores locais e população residente, de forma a constituir uma permanente discussão, monitorização e avaliação da Estratégia delineada para o território. Por outro lado, é de relevar a importância da participação da EG em diversos fóruns locais e regionais, no que constitui uma oportunidade para a auscultação das principais problemáticas e temáticas relevantes para a região, isto é, um ambiente privilegiado para adequar a EDL aos factos resultantes destas reuniões técnicas e de decisão. O impacto desta integração faz-se, ainda, sentir ao nível do reforço e diversificação das parcerias onde a EG se integra, com valias para a melhoria da intervenção e serviços prestados.

Destaca-se as seguintes participações:

- Conselhos Locais de Ação Social da zona de intervenção;
- Conselho Consultivo da ESTGOH;
- Associado Promotor da ADEPTOLIVA;
- Conselho Consultivo da ADI;
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Góis;
- Contrato de Autonomia do Agrupamento de Escolas de Tábua;
- Conselho Técnico das Confrarias Gastronómicas da Beira Serra
- Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Coimbra;
- Minha Terra – Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local;
- ADXTUR - Rede das Aldeias do Xisto.

Para permitir o registo de toda a atividade desenvolvida pela ETL e facilitar a análise da evolução da implementação dos projetos e da própria EDL, com base em pressupostos e indicadores mensuráveis que permitam um estudo comparativo e evolutivo dos dados e a sua consolidação em termos globais, proceder-se-á à elaboração de documentos, fichas, grelhas e pareceres, que integrarão todos os processos. Estes documentos servirão de base à elaboração de relatórios de execução, através dos quais será monitorizada a implementação dos projetos aprovados e das iniciativas desenvolvidas e de que modo contribuem para os objetivos e resultados definidos na EDL, possibilitando a introdução de medidas corretivas, caso se revelem oportunas. Os relatórios serão analisados pelo OG e posteriormente submetidos à apreciação e discussão no seio do CPBS, que terá a competência de os aprovar, assim como as eventuais alterações à EDL.

Deste modo, a avaliação interna da EDL concretizar-se-á com a aplicação destes instrumentos de gestão e acompanhamento, aos quais se juntarão inquéritos de satisfação aplicados aos participantes nas iniciativas desenvolvidas e que estarão permanentemente disponíveis na página web da EG, validando um processo contínuo de monitorização, que culminará na elaboração de relatórios trimestrais, semestrais e anuais. Para este trabalho de avaliação serão igualmente utilizados os instrumentos e sistemas de informação que as Autoridades de Gestão proponham para aplicação e que oportunamente enriquecerão e facilitarão as análises que se impõem.

A ação de monitorização e avaliação da EDL e da intervenção da ETL, será efetuada em primeira linha pela EG, sendo as suas conclusões apresentadas nas reuniões com o OG e transmitidas ao CPBS e, quando for o caso, às respetivas Autoridades de Gestão.

Em consonância com o princípio da transparência e co-participação e de modo a que a comunidade acompanhe o desenrolar dos trabalhos de implementação da EDL e, através da sua análise crítica e do comprometimento com o futuro da região, possa contribuir com propostas e melhorias, a EG viabilizará canais de comunicação e informação, utilizando as valias das TICE, da Comunicação Social regional e das novas formas de comunicação (redes sociais), para partilhar com todos os interessados as informações consideradas mais relevantes. Concorrendo para o mesmo objetivo será elaborado material informativo de interesse com periodicidade regular.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Anexo_IV_Quadro_Orçamento_DLBC.pdf	26/07/2015 16:00	191194093
Outros	Anexo_VII_Curriculum_ADIBER.pdf	26/07/2015 16:01	191194093
Outros	Anexo II Ata CPBS 23072015.pdf	26/07/2015 18:32	191194093
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-040.pdf	26/07/2015 18:45	191194093
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-040.pdf	19/11/2015 23:20	
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Anexo VI Orgão Gestão e ETL.pdf	26/07/2015 15:52	191194093
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-040.pdf	11/12/2015 12:42	
Outros	Anexo_I_Candidatura_DLBC_Rural_A DIBER-Beira_Serra_1ªFase.pdf	26/07/2015 15:59	191194093
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-040.pdf	14/09/2015 15:44	
Outros	Candidatura DLBC Rural 2ª Fase.pdf	26/07/2015 18:30	191194093
Outros	Anexo_VIII_Curriculum_ETL.pdf	26/07/2015 16:01	191194093
Outros	Anexo III MEL_DLBC.pdf	26/07/2015 16:00	191194093
Protocolo de parceria	Anexo_IX_Protocolo_Parceria.pdf	26/07/2015 15:53	191194093
Outros	Anexo_V_Modelo_Governacao_Local.pdf	26/07/2015 16:00	191194093